

A problemática do ensino remoto na educação do campo na pandemia da Covid-19

João Luis Friedrich¹, Kathilene Regina da Silva², Annecy Tojeiro Giordani³, Maria Aldinete de Almeida Reinaldi⁴

Resumo

O objetivo foi investigar como os estudantes de um Colégio Estadual do Campo têm desenvolvido suas atividades no contexto do Ensino Remoto em razão da pandemia da Covid-19, assim como suas possibilidades e limitações diante da problemática de acesso aos recursos tecnológicos. Os dados foram coletados a partir da aplicação de um questionário e analisados à luz da Análise Textual Discursiva. Participaram da pesquisa quatorze estudantes regularmente matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio. A análise dos dados resultou no estabelecimento de três categorias emergentes: 1. Características dos participantes da pesquisa; 2. Compreensões quanto ao Ensino Remoto; e 3. Expectativas futuras no ensino pós-pandemia. Mesmo possuindo acesso a algumas ferramentas tecnológicas, os estudantes não dispõem de acesso à internet, o que dificulta as atividades de ensino remoto. Foi enfatizada a importância da presença física do professor em sala de aula, inclusive com enfoque na sua interação com os estudantes e entre os sujeitos em ambiente escolar.

Palavras-chave

Educação do Campo. Ensino remoto. Isolamento social.

¹ Mestrando em Ensino na Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil; membro do Grupo de Pesquisa em Ensino e Formação de Professores (GPEFOP) e Laboratório Interdisciplinar de Pesquisa e Ensino de Botânica e Educação Ambiental (LIPEBEA); servidor da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, Núcleo Regional de Educação de Cornélio Procopio, Paraná, Brasil. E-mail: joaoluisfriedrich@yahoo.com.br.

² Mestranda em Ensino na Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil; professora intérprete de Libras na Secretaria de Educação do Estado do Paraná e QPM do Governo do Estado do Paraná, Brasil. E-mail: kathilene_jac@hotmail.com.br.

³ Doutora em Enfermagem Psiquiátrica pela Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Brasil; estágio pós-doutoral pelo Departamento de Enfermagem Geral e Especializada na mesma instituição; professora associada da Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil; líder do Grupo de Pesquisa Multidisciplinar em Ensino (GPEMEN). E-mail: annecy@uenp.edu.br.

⁴ Mestra em Ensino pela Universidade Estadual do Norte do Paraná, Brasil; professora e coordenadora do Curso Técnico de Administração (QPM) da Secretaria de Educação do Estado do Paraná, Brasil. E-mail: mariaaldinete@hotmail.com.

The problem of remote education in countryside education in the Covid-19 pandemic

João Luis Friedrich⁵, Kathilene Regina da Silva⁶, Annecy Tojeiro Giordani⁷, Maria Aldinete de Almeida Reinaldi⁸

Abstract

The objective was to investigate how the students of a State Countryside School have developed their activities in the context of Remote Education due to the pandemic of Covid-19, as well as their possibilities and limitations, given the problem of access to technological resources. The data were collected from the application of a questionnaire and analyzed in the light of the Textual Discursive Analysis. Fourteen students regularly enrolled in Elementary and High school participated in this research. The analysis of the data resulted in the establishment of three emerging categories: 1. Characteristics of the research participants; 2. Understanding of Remote Education; and 3. Future expectations in post-pandemic education. Even having access to some technological tools, students do not have access to the internet, which makes Remote Teaching activities difficult. The importance of the teacher's physical presence in the classroom was emphasized, including focusing on his interaction with students and between students in the school environment.

Keywords

Countryside Education. Remote teaching. Social isolation.

⁵ Master degree student in Teaching, State University of Northern Paraná, State of Paraná, Brazil; member of the Research Group on Teaching and Teacher Training (GPEFOP) and Interdisciplinary Laboratory for Research and Teaching of Botany and Environmental Education (LIPEBEA); server of the Paraná State Department of Education, Regional Education Nucleus of Cornélio Procópio, State of Paraná, Brazil. E-mail: joaoluisfriedrich@yahoo.com.br.

⁶ Master degree student in Teaching, State University of Northern Paraná, State of Paraná, Brazil; interpreter teacher at the Department of Education of the State of Paraná and QPM of the Government of the State of Paraná, Brazil. E-mail: kathilene_jac@hotmail.com.br.

⁷ PhD in Psychiatric Nursing, School of Nursing of Ribeirão Preto, University of São Paulo, State of São Paulo, Brazil; post-doctoral internship by the Department of General and Specialized Nursing at the same institution; associate professor at the State University of Northern Paraná, State of Paraná, Brazil; leader of the Multidisciplinary Research Group on Teaching (GPEMEN). E-mail: annecy@uenp.edu.br.

⁸ Master in Teaching, State University of Northern Paraná, State of Paraná, Brazil; professor and coordinator of the Technical Administration Course (QPM), Secretary of Education of the State of Paraná, Brazil. E-mail: mariaaldinete@hotmail.com.

Introdução

A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou pandêmico o surto da Covid-19 por ser uma doença viral respiratória infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2, a qual foi detectada pela primeira vez em dezembro de 2019 em Wuhan, China. No Brasil, no dia 20 de março, o Ministério da Saúde (MS) anunciou estado de transmissão comunitária em todo território nacional (BRASIL, 2020).

Dentro desse cenário pandêmico, foram recomendadas algumas medidas preventivas divulgadas nas mais diversas mídias, informando os procedimentos sanitários básicos à toda população mundial, tais como: higienização das mãos, uso de máscara e, principalmente, o isolamento social como forma de controle da transmissão do novo coronavírus (BRASIL, 2020).

No Brasil, especificamente, as instituições de ensino da rede pública do Estado do Paraná tiveram suas aulas presenciais suspensas por tempo indeterminado, situação prevista no Decreto Estadual nº 4.320/2020 e que também apresentou medidas de enfrentamento à pandemia no âmbito Estadual (PARANÁ, 2020).

Por sua vez, o Conselho Estadual de Educação, por meio da Deliberação nº 01/2020, determinou o “regime especial de desenvolvimento das atividades escolares” e autorizou o desenvolvimento e a oferta de atividades escolares não presenciais nos níveis da Educação Básica e Educação Superior, para todo o Sistema Estadual de Ensino. Então, o desenvolvimento das atividades não presenciais se daria pelo ensino remoto e deveria envolver a utilização de plataformas virtuais, vídeo aulas, *quizzes*, redes sociais, áudio chamadas, vídeo chamadas, correio e diários eletrônicos, *chats*, fóruns, entre outros (PARANÁ, 2020).

Dentre as modalidades de ensino fortemente afetadas pelas medidas supracitadas está a Educação do Campo, a qual, no Art. 1º do Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, é definida como aquela que acontece em área rural ou situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo, assim definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2010).

Com o distanciamento social e a necessidade de reestruturação e reorganização das práticas pedagógicas, incluindo a utilização de ferramentas tecnológicas, tornou-se necessário conhecer as reais condições de acesso à internet, as ferramentas e recursos tecnológicos, assim como o engajamento dos alunos do campo no ensino remoto.

Nesse sentido, esta pesquisa justifica-se frente às possíveis limitações que afetaram

direta ou indiretamente o processo ensino-aprendizagem decorrente da implantação repentina do ensino remoto. Uma série de indagações surgiu sobre o acesso e o domínio por parte de professores e estudantes das tecnologias digitais de informação e comunicação utilizadas durante a pandemia. Nesta direção, foi pertinente saber se o ensino remoto tem possibilitado ao estudante do campo uma aprendizagem efetiva, a importância ou não do professor no ensino presencial e se as aulas presenciais perderam ou não seu valor.

A proposta deste estudo partiu da seguinte questão norteadora: como os estudantes de um Colégio Estadual do Campo têm desenvolvido suas atividades de estudo no contexto do ensino remoto, decorrente da pandemia da COVID-19?

O objetivo geral consistiu em identificar junto aos estudantes da educação do campo, no contexto da pandemia da Covid-19, quais as percepções deles quanto ao ensino remoto e respectivos desafios. Para tanto, fez-se necessário conhecer como essa modalidade educacional surgiu, como se consolidou e quais seus principais aspectos sociais, culturais, econômicos e legais, levando em consideração o distanciamento social decorrente desta crise de saúde pública mundial.

O campo de aplicação foi um Colégio Estadual de Educação do Campo, localizado em uma cidade no norte do Estado do Paraná e que oferta as modalidades de Ensino Fundamental e Ensino Médio nos períodos matutino e noturno.

A Educação do Campo e o ensino remoto

A escola consiste em um ambiente de formação social e política que tem por objetivo a construção dos conhecimentos sociais e educativos de maneira coletiva, resultando em saberes necessários para formar cidadãos críticos e capazes de se desenvolver econômica e socialmente. De acordo com Arroyo, Caldart e Molina (2011, p. 14), para os camponeses, a escola possui ainda outro aspecto muito importante, uma vez que se consolida como um espaço de luta para o reconhecimento de um povo resistente. Nesse sentido:

A escola pode ser um lugar privilegiado de formação, de conhecimento e cultura, valores e identidades das crianças, jovens e adultos. Não para fechar-lhes horizontes, mas para abri-los ao mundo desde o campo, ou desde o chão em que pisam. Desde suas vivências, sua identidade, valores e culturas, abrir-se ao que há de mais humano e avançado no mundo.

Anteriormente conhecida como Educação Rural, o termo “Educação do Campo” surgiu em meados de 1980, quando os movimentos sociais perceberam que a nomenclatura já

não representava mais os cidadãos que moravam no campo, tidos como atrasados em relação à cidade. Isso porque as escolas, nesses ambientes, eram escassas e com pouca infraestrutura, obrigando, muitas vezes, os estudantes a se deslocarem para os centros urbanos para estudar. Porém, o currículo era norteado pela cidade e as indústrias, não contemplando os camponeses (SIMÕES; TORRES, 2011).

A partir desse movimento de construção e concepção social do sujeito do campo e suas peculiaridades, consta no Art. 211 da Constituição de 1988 a aprovação de políticas educacionais, como sendo de “responsabilidade da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios em regime de colaboração, garantindo uma educação de qualidade” (BRASIL, 1988, p. 123) e que contempla a todos, inclusive, a população camponesa, já que o acesso à educação é direito de todos, e sua oferta é dever do Estado.

Posteriormente, com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9394/96, de 20 de dezembro de 1996, todas as instituições escolares que se localizam no ambiente rural são classificadas como Colégios ou Escolas do Campo. Assim, o Art. 28 da lei orienta que:

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996, p. 14).

De acordo com Caldart (2011), a educação do campo surge das lutas de vários movimentos sociais, tornando assim os trabalhadores do campo e seus filhos o centro das ações pedagógicas, e o campo passa a ser não somente o ambiente oposto à cidade, mas um lugar de reconhecimentos sociais e possibilidades de crescimento pessoal.

A educação do campo pode ser considerada um avanço no processo democrático por ter possibilitado a garantia de direitos à emancipação do sujeito e sua participação na construção da história social do povo (TEIXEIRA, 2012). Cabe à escola do campo a condução de trabalhos pedagógicos que superem a sala de aula como espaço único e central de conhecimento e a construção de estratégias além da fragmentação presente na maioria dos processos de ensino-aprendizagem vigentes (MOLINA; SÁ, 2012). Segundo os autores, na condução e criação dos processos pedagógicos, os professores são fundamentais, pois precisam ir além da reprodução de técnicas e receitas prontas, que levem somente ao

conformismo dos futuros profissionais para atendimento do mercado de trabalho. Além disso, destaca-se a importância do professor no processo de construção de políticas educacionais, bem como das políticas de formação de professores do campo.

Segundo Ghedin, Nascimento e Santos (2012), “professor do campo” é um termo carregado de significados. Este profissional precisa, sobretudo, valorizar a cultura camponesa e ser participante do espaço geográfico em que está inserido. Na verdade, a educação do campo conduz à reflexão acerca de uma estrutura educacional na qual os sujeitos camponeses sejam valorizados e suas identidades, preservadas.

A formação de professores do campo se vincula à identidade dos povos oriundos de áreas rurais e trava uma luta por uma educação pública do campo gratuita e de qualidade, a qual deve ser garantida pelo Estado em todas as etapas da educação básica e em todos os níveis de ensino (TEIXEIRA, 2012). Desse modo, o trabalho educacional dos professores do campo não se resume somente a ensinar. Ele precisa instigar a emancipação do camponês para o exercício da cidadania, propondo-se a adotar práticas que envolvam a sociedade cujos atores estejam dispostos a lutar ao lado dos camponeses por melhores condições de vida no campo (GHEDIN; NASCIMENTO; SANTOS, 2012).

Por sua vez, a inserção da escola no campo possibilita a construção social e coletiva, garantindo o direito de acesso e permanência na escola, assim como a valorização de sua cultura, oportunidade de prosseguimento nos estudos, a integração no mundo do trabalho e a ampliação dos padrões de cidadania da população rural, proporcionando condições mínimas para uma vida com dignidade (BRASIL, 2007).

Consta no Projeto Político Pedagógico de 2018 do Colégio Estadual do Campo em questão, que a comunidade na qual o camponês está inserido é permanente e se caracteriza por nível socioeconômico baixo, a grande maioria dos alunos trabalha na roça e dela tira seu sustento. A escolaridade dos pais dos alunos, em sua maioria, é apenas o Ensino Fundamental, o que limita ainda mais as possibilidades de sua emancipação econômica.

Neste ambiente, evidenciam-se as figuras do oprimido e do opressor, porquanto a escola é um meio de libertação do oprimido, uma vez que, segundo Freire, a “educação liberta os homens”. Partindo desse entendimento, o autor escreve que “Sabemos que a educação não pode tudo, mas pode alguma coisa. Sua força reside exatamente na sua fraqueza. Cabe a nós pôr sua força a serviço de nossos sonhos” (FREIRE, 1991, p. 126).

No contexto da pandemia da Covid-19, foi implementado na Educação do Campo o ensino remoto, atendendo à legislação do Estado do Paraná, sendo necessário que os alunos tivessem acesso às tecnologias digitais da informação e comunicação, porém seu acesso não

atinge a todos. De acordo com Nascimento *et al.* (2020) na nota técnica “Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia”, os dados demonstram que uma grande parcela de estudantes de escolas públicas não possuem condições de acompanhar o ensino remoto durante a pandemia, por ter acesso restrito a equipamentos e internet. Essa realidade, além de aumentar as desigualdades sociais, tem forçado professores e estudantes do campo a buscarem táticas de inclusão para que o ensino remoto atinja seus objetivos (SANTOS, 2020).

O ensino remoto tem um conceito mais próximo da educação presencial e se diferencia do ensino à distância por possibilitar a interação síncrona entre professores e estudantes, bem como a organização de seus horários de estudos, podendo se dar por meio de sistemas de *web* conferências, com aulas transmitidas em tempo real (ARRUDA, 2020).

Moreira e Schlemmer (2020) fazem menção ao ensino remoto emergencial como uma modalidade de ensino que prevê distanciamento físico entre professores e estudantes e que foi adotado por diferentes níveis escolares em diversos Estados brasileiros durante a pandemia da COVID-19. Os autores corroboram que o ensino remoto se diferencia da educação à distância pela possibilidade de interação síncrona entre as partes.

A partir da Deliberação nº 01/2020, do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná, via Secretaria Estadual de Educação (SEED), providências foram tomadas para que os estudantes da Educação Básica da rede pública de ensino tivessem condições de realizar as atividades escolares a partir do ensino remoto. Dessa forma, foram disponibilizados três canais de televisão digital aberta e um canal do YouTube, nos quais as aulas passaram a ser transmitidas em horários pré-definidos, gravadas por professores contratados extraordinariamente para esse fim. Além disso, pensando em promover a interatividade entre estudantes e professores, a SEED desenvolveu o aplicativo “Aula Paraná”, uma plataforma virtual disponível para celulares, para que as aulas também fossem transmitidas ao vivo, além de sala de bate papo para que os estudantes pudessem tirar suas dúvidas e conversar com seus professores.

Com este mesmo intuito, a SEED ainda firmou parceria com a empresa Google para que todos os professores na ativa e alunos matriculados fossem cadastrados e recebessem um e-mail institucional que lhes daria acesso à plataforma *Google Classroom* (Google Sala de Aula). Assim, esta passou a ser a plataforma oficial na qual as presenças de professores e estudantes seriam registradas e na qual ficariam armazenadas as vídeo aulas disponibilizadas na TV e no YouTube. As atividades complementares elaboradas pelos professores também poderiam ser inseridas.

Encaminhamentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, a qual tem foco na compreensão do outro, ou seja, leva em consideração suas singularidades para melhor entendimento dos fenômenos sociais envolvidos (BOGDAN; BIKLEN, 1994).

O instrumento de coleta de dados foi um questionário desenvolvido no aplicativo *Google Forms*, aplicado a quatorze (14) alunos de sete turmas diferentes de um Colégio Estadual do Campo, localizado em uma cidade da região norte do Estado do Paraná.

Segundo Marconi e Lakatos (2011), o questionário possibilita a coleta de dados de forma ordenada por meio de perguntas que devem ser respondidas sem a presença do entrevistador, cabendo-lhe enviar ao entrevistado para preenchimento e devolução. Para Gil (1999), os questionários são vantajosos sobre outros instrumentos de coleta de dados, pois atingem um grande número de pessoas em diferentes áreas geográficas; reduzem gastos para o desenvolvimento da pesquisa; possibilitam sigilo das respostas; adequam a possibilidade de respostas ao melhor momento do entrevistado; e permitem ao pesquisador isentar-se em relação aos aspectos pessoais dos entrevistados.

Os dados obtidos foram analisados sob a perspectiva da Análise Textual Discursiva (ATD), a qual pode ser considerada como uma abordagem de análise de dados a qual procura transitar entre duas formas de análise na pesquisa qualitativa, ou seja, a Análise de Conteúdo e a Análise de Discurso. Realiza-se inicialmente pela desmontagem dos textos, denominado processo de unitarização, o qual permite detalhar minuciosamente os enunciados referentes aos fenômenos estudados. Já a segunda fase da análise textual discursiva consiste no estabelecimento de relações, também denominada categorização, a qual permite uma classificação para melhor compreender as unidades de análise na formação de conjuntos mais complexos, formando, assim, as categorias. A seguir, a terceira fase é a captação do novo emergente, quando, a partir das duas fases anteriores, é possível uma nova compreensão do todo, resultando no metatexto (MORAES; GALIAZZI, 2011).

O Colégio parceiro desta pesquisa disponibiliza quatro turmas do Ensino Fundamental e três turmas do Ensino Médio. Sendo assim, foram escolhidos dois estudantes de cada turma para responderem aos questionários, tendo como critério de escolha apenas o acesso à Internet e aos recursos tecnológicos, como celular e computador com os aplicativos *WhatsApp* e *Google Forms*. Aos participantes foi atribuído o código P1 a P14, com o intuito de preservar a identidade e o sigilo das respostas.

Resultados e Discussão

Tendo em vista o alcance dos objetivos desta pesquisa e com base nas três fases de aplicação da análise textual discursiva, as respostas dos estudantes ao questionário foram exaustivamente lidas, analisadas e organizadas, o que resultou nas seguintes unidades: 1. Faixa Etária; 2. Ano; 3. Recursos utilizados; 4. Conceito de pandemia; 5. Conhecimentos prévios sobre o ER; 6. Apoio familiar na realização das atividades; 7. Tempo de estudos; 8. Alterações de rotina de estudos; 9. Percepções sobre o ensino remoto; 10. Anseios e perspectivas quanto às mudanças; 11. Percalços no período da pandemia; 12. Aprendizagem; 13. O que mais sente falta; 14. Possibilidade de continuação do ensino remoto; 15. Propostas para tornar o ensino remoto mais atrativo; 16. Função do professor.

Na segunda fase da análise textual discursiva, caracterizada pelo “estabelecimento de relações”, também nominada “categorização”, foram construídas três categorias de análise emergentes. Na primeira categoria, “Características dos participantes da pesquisa”, foram agrupadas as unidades que compunham o perfil dos estudantes. Desta forma, foi possível identificar sua faixa etária, os recursos tecnológicos a que têm acesso, seu entendimento sobre a pandemia, seus conhecimentos anteriores sobre ensino remoto, se recebem apoio da família para as atividades escolares e quanto tempo dedicam aos estudos. Na segunda categoria, “Compreensões quanto ao ensino remoto”, foram agrupadas as unidades de análise relacionadas ao conhecimento da nova rotina dos alunos, suas necessidades e possíveis dificuldades de aprendizagem, anseios e perspectivas frente ao ensino remoto e ao isolamento social. Já a terceira categoria, intitulada “Expectativas futuras no ensino pós-pandemia na educação do campo”, foi construída pelo agrupamento das unidades de análise que trariam o entendimento da opinião dos alunos sobre a possibilidade de continuidade do ensino remoto mesmo após o período de pandemia da Covid-19, suas sugestões para tornar este formato de aulas mais prazeroso e efetivo, além da importância atribuída à presença física do professor em sala de aula.

A terceira fase da análise textual discursiva culminou no desenvolvimento do metatexto, ou seja, a captação do novo emergente, a descrição das categorias e sua análise para obtenção dos dados necessários sobre como os alunos de um Colégio Estadual do Campo têm desenvolvido o processo de aprendizagem pelo ensino remoto implementado em período de isolamento social (MORAES; GALIAZZI, 2011).

A primeira categoria – Características dos participantes da pesquisa – possibilitou conhecer o perfil dos estudantes e evidenciou que a maioria possui acesso às ferramentas,

como o celular e o computador. No entanto, somente uma pequena parcela tem acesso à internet banda larga, sendo que outros acessam os dados móveis para a realização das atividades. É importante salientar que a região do Colégio não possui cobertura de operadoras de telefonia ou internet móvel, salvo em alguns locais específicos. Segundo um levantamento realizado por Nascimento *et al.* (2020), o acesso às tecnologias e ferramentas ainda é escasso à maioria dos estudantes brasileiros, como constatado na pesquisa, principalmente, os camponeses.

Na segunda categoria de análise – Compreensão sobre ensino remoto –, os estudantes afirmaram que acompanham as aulas no ambiente “Aula Paraná”, em sua maioria pelo celular, visto que os canais de televisão oferecidos pela mantenedora não têm alcance em toda a região. Outros recursos *online* também são utilizados, como o *Google Classroom*, disponibilizado pela Secretaria Estadual de Educação do Paraná, grupos de *WhatsApp* das turmas, e reuniões na plataforma *Google Meet* com os professores, favorecendo assim maior interação entre professores e estudantes.

A maioria dos pesquisados respondeu não ter conhecimento sobre essas ferramentas antes da pandemia e, portanto, não sabiam utilizá-las e, somente alguns, as utilizavam para outras atividades não relacionadas aos estudos. Vale ressaltar que o Conselho Estadual de Educação possibilitou a utilização do ensino remoto e os recursos oferecidos pela mantenedora, sem reposição de aulas presenciais, garantindo assim o cumprimento da carga horária e o término do ano letivo (PARANÁ, 2020).

Entretanto, essa determinação, no ambiente social da educação do campo com toda sua problemática de escassez de recursos, tem prejudicado uma quantidade significativa de estudantes que não dispõem do acesso aos recursos tecnológicos para continuarem seus estudos. Tal situação é corroborada por Santos (2020) no que tange a garantia de inclusão de alunos e professores no ensino remoto, evitando assim o aumento das desigualdades sociais na sociedade camponesa.

Como uma segunda alternativa para quase a metade dos estudantes que não possuem acesso aos recursos tecnológicos, foram disponibilizados materiais impressos confeccionados pelos professores, entregues em datas específicas com posterior recolhimento das atividades no próprio Colégio.

Com a distribuição dessas atividades, foi observada a dificuldade de alguns estudantes na resolução dos exercícios, evidenciando-se que uma pequena parcela (2) realiza sozinha as atividades e a grande maioria (11) conta com a ajuda dos pais, apesar desses não possuírem grau de instrução para desempenharem esse papel. A maioria dos pais trabalha na zona rural e

tem baixo nível cultural e socioeconômico (PPP, 2018).

Na terceira categoria de análise – Expectativas futuras no ensino pós-pandemia na educação do campo – foram levantadas as expectativas futuras dos alunos no ensino pós-pandemia nesse contexto. Desse modo, foi possível verificar que as ações do professor no ensino remoto são necessárias, valorizando-se o trabalho do professor. Porém, os estudantes afirmaram que aprendem melhor nas aulas presenciais, posto que a presença física do professor mostrou-se indispensável, sendo, na verdade, um agente de transformação social, uma vez inserido em uma realidade que conhece e procura melhorar.

Para Ghedin, Nascimento e Santos (2012), o professor promove o ensino, instigando a emancipação e preparando o estudante para o exercício da cidadania. No contexto do campo, os professores propõem e adotam metodologias de ensino que ajudam a melhorar a vida em sociedade de todos os camponeses.

Segundo Freire (1991), o professor estabelece relações dialógicas de ensino e aprendizagem, pois, ao mesmo tempo que ensina, também aprende. Juntos, professor e estudante, desenvolvem um encontro democrático, no qual todos podem se expressar e estreitar vínculos afetivos.

Considerações finais

Este estudo foi desenvolvido em um Colégio Estadual do Campo, com a finalidade de identificar e analisar as percepções dos estudantes camponeses no contexto da pandemia da Covid-19, em especial, quanto ao ensino remoto e aos respectivos desafios, buscando assim compreender melhor o desenvolvendo das atividades escolares nesse período.

É sabido que as tecnologias contribuem muito com várias metodologias de ensino, mas, tendo em conta a realidade da educação do campo em tempos de pandemia, as atividades impressas precisaram ser adotadas devido à dificuldade de acesso à Internet de boa qualidade e às ferramentas e recursos tecnológicos. Recorreu-se a tal alternativa para diminuir a exclusão da maioria dos estudantes do processo ensino e aprendizagem.

Entretanto, o Colégio é um ambiente propício para a implementação de novas metodologias, estando a educação do campo aliada à comunidade local e à equipe pedagógica para atender as necessidades e carências de seus alunos, inclusive os desafios impostos pela pandemia da Covid-19. Foi possível depreender que, nesse contexto social, a vida do camponês é marcada por desigualdade e limitações, inclusive no tocante ao processo de ensino e aprendizagem e, mesmo assim, há casos exitosos de estudantes e professores no

enfrentamento de dificuldades de toda ordem.

Os colégios de educação do campo visam à transformação social dos camponeses em sua totalidade e, vinculados às suas raízes sociais, valorizam os diferentes saberes e a realidade social dos estudantes desta modalidade de ensino. Também se importam em fomentar uma educação voltada para o pleno desenvolvimento sustentável, de modo a favorecer a autonomia da comunidade escolar.

As novas alternativas tecnológicas voltadas ao ensino e mais utilizadas na educação urbana, embora, no caso da educação do campo, sejam mais difíceis, com a pandemia da Covid-19 têm sido adotadas para o ensino e a aprendizagem dos camponeses. Ao mesmo tempo, a utilização de recursos tecnológicos em rede emerge de forma global, e mudanças na organização dos sistemas de ensino têm sido imprescindíveis, constituindo-se, todavia, em um enorme desafio institucional e pessoal para, inclusive, fomentar recursos e acessibilidade aos camponeses, como, por exemplo, internet banda larga nas localidades rurais onde vivem.

Referências

ARROYO, M. G.; CALDART, R. S.; MOLINA, M. C. (org.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2011.

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **EmRede Revista de Educação a Distância**, v. 7, n. 1, p. 257-275, 2020. Disponível em: <https://www.aunired.org.br/revista/index.php/emrede/article/view/621>. Acesso em: 15 maio 2020.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigações qualitativas em educação**. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRASIL. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2012-pdf/10199-8-decreto-7352-de4-denovembro-de-2010/file>. Acesso em: 10 out. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Panorama da educação do campo**. Brasília: INEP/MEC, 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br>. Acesso em: 23 set. 2020.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

- FREIRE, P. **Das relações entre a educadora e os educandos**. São Paulo: Olho d'água, 1991.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- GHEDIN, E.; NASCIMENTO, G. R.; SANTOS, J. R. A. O Proneza como política de inclusão social no mundo do trabalho educativo. *In*: GHEDIN, E. (org.). **Educação do campo: epistemologia e práticas**. São Paulo: Cortez, 2012. p. 361-372.
- MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2011.
- MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. Educação do campo. *In*: ALENTEJANO, P. *et al.* **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2012.
- MORAES, R.; GALIAZZI, M. do C. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí. 2011.
- MOREIRA, J. A.; SCHLEMMER, E. Por um novo conceito e paradigma de educação digital onlife. **Revista UFG**, Goiânia, v. 20, 2020. Doi: 10.5216/revufg.v20.63438. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/revistaufg/article/view/63438>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- NASCIMENTO, P. M. *et al.* **Nota Técnica n. 88 (Disoc)**: Acesso domiciliar à internet e ensino remoto durante a pandemia. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10228>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT - OECD. **Supporting the continuation of teaching and learning during the COVID-19 Pandemic: annotated resources for online learning**. 2020. Disponível em: <https://globaled.gse.harvard.edu/files/geii/files/supporting-the-continuation-of-teaching-and-learning-during-the-covid-19-pandemic.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2020.
- ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE - OPAS/ ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE – OMS. **Folha informativa COVID-19**. 2020. Disponível em: https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875. Acesso em: 15 jun. 2021.
- PARANÁ. **Decreto nº 4.320, de 23 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=391472>. Acesso em: 26 set. 2020.
- PARANÁ. Conselho Estadual de Educação. **Deliberação nº 01/2020, aprovado em 31 de março de 2020**. Disponível em: http://www.cee.pr.gov.br/arquivos/File/pdf/Deliberacoes/2020/deliberacao_01_20.pdf. Acesso em: 30 set. 2020.
- SANTOS, E. EAD, palavra proibida. Educação online, pouca gente sabe o que é. Ensino remoto, o que temos. **Revista Docência e Cibercultura**, Rio de Janeiro, ago. 2020, online. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/re-doc/announcement/view/1119>. Acesso em: 6 out. 2020.
- SIMÕES, W.; TORRES, M. R. **Educação do campo: por uma superação da educação rural no Brasil**. 2011. 15 f. Monografia (Especialização em Educação do Campo-EaD) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

TEIXEIRA, M. F. A luta dos movimentos sociais camponeses pela educação e sua concepção de formação de educadores do campo. *In*: CAVALCANTI, C. R.; COUTINHO, A. F. (org.). **Questão agrária, movimentos sociais e educação do campo**. Curitiba, Paraná: CRV, 2012. p. 133-148.

Submetido em 30 de janeiro de 2021.

Aprovado em 11 de junho de 2021.